



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 630/12

Declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Ilha Península do Cavernoso – AAFCIPC, com sede no Município de Condói e foro no Município de Guarapuava.



Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Agricultores Familiares da Comunidade Ilha Península do Cavernoso – AAFCIPC, com sede no Município de Condói e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de abril 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº	01
08 ABR. 2013	
DAP	
Visto	<i>Alcides</i>



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 29/2013

O art. 9º do Projeto de Lei nº 29/13 passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 9º Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre veiculação de propaganda, dever de informar, campanhas de conscientização ou publicidade, de caráter institucional ou não, nos Locais Oficiais de Competição, imediações, inclusive as zonas de restrição e principais vias de acesso a tais locais."

Sala das Sessões, 08 de abril de 2013.

[Assinatura]
Deputado Estadual
TRAIANO

Justificativa:

A presente emenda está de acordo com o art. 186 do Regimento Interno e tem por objetivo corrigir a proposição. O art. 9º do Projeto Lei nº 29/13 remete ao § 1º do art. 8º e pode-se observar a inexistência de parágrafos no artigo.

Sendo assim, é necessária a emenda para corrigir a redação final do Projeto.

[Assinatura] SCANAVACA
[Assinatura] DULIO
[Assinatura] LUERSEN
[Assinatura] NEY CEPPREUST
[Assinatura] TERCILIO

14144 08/04/2013 08:29:00 Nº 91226-13 - 2013/04/08

002768



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 29/13

Dispõe sobre as medidas relativas à
Copa das Confederações FIFA 2013 e à
Copa do Mundo FIFA 2014.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Eventos relacionados que serão realizados no Estado do Paraná.

Art. 2º Para os fins desta Lei serão observadas as seguintes definições:

I – *Fédération Internationale de Football Association – FIFA*: associação suíça de direito privado, entidade mundial que regula o esporte de futebol de associação e suas subsidiárias não domiciliadas no Brasil;

II – Subsidiária FIFA no Brasil: pessoa jurídica de direito privado, domiciliada no Brasil, cujo capital social total pertence à FIFA;

III – Copa do Mundo FIFA 2014 – Comitê Organizador Brasileiro Ltda. - COL: pessoa jurídica de direito privado, reconhecida pela FIFA, constituída sob leis brasileiras com o objetivo de promover a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, bem como os Eventos relacionados;

IV – Confederação Brasileira de Futebol - CBF: associação brasileira de direito privado, sendo a associação nacional de futebol no Brasil;

V – Competições: a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014;

VI – Eventos: as Competições e as seguintes atividades relacionadas, oficialmente organizadas, canceladas, patrocinadas ou apoiadas pela FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, COL ou CBF:

a) os congressos da FIFA, cerimônias de abertura, encerramento, premiação e outras cerimônias, sorteio preliminar, final e quaisquer outros sorteios, lançamentos de mascote e outras atividades de lançamento;

b) seminários, reuniões, conferências, *workshops* e coletivas de imprensa;

c) atividades culturais, concertos, exposições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais, bem como os projetos Futebol pela Esperança (*Football for Hope*) ou projetos beneficentes similares;

d) Partidas de futebol e sessões de treino;

e) outras atividades consideradas relevantes para a realização, organização, preparação, *marketing*, divulgação, promoção ou encerramento das Competições.

VII - Períodos de Competição: espaço de tempo compreendido entre o 20º (vigésimo) dia anterior à realização da primeira Partida e o 5º (quinto) dia após a realização da última Partida de cada uma das Competições;

VIII – Prestadores de Serviços da FIFA: pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas, com base em relação contratual, para prestar serviços relacionados à organização e à produção dos Eventos, tais como:

a) coordenadores da FIFA na gestão de acomodações, de serviços de transporte, de programação de operadores de turismo e dos estoques de Ingressos;

b) fornecedores da FIFA de serviços de hospitalidade e de soluções de tecnologia da informação;

c) outros prestadores licenciados ou autorizados pela FIFA para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.

IX – Parceiros Comerciais da FIFA: pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em qualquer relação contratual, em relação aos Eventos, bem como os seus subcontratados, com atividades relacionadas aos Eventos, excluídas as entidades referidas nos incisos III, IV e VII a X;

X – Locais Oficiais de Competição: locais oficialmente relacionados às Competições, tais como estádios, centros de treinamentos, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas de estacionamento, áreas para a transmissão de Partidas, áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos fãs, bem como qualquer local no qual o acesso seja restrito aos portadores de credenciais emitidas pela FIFA ou de Ingressos;

XI – Partida: jogo de futebol realizado como parte das Competições;

XII – Ingressos: documentos ou produtos emitidos pela FIFA que possibilitem a entrada em um Evento, inclusive pacotes de hospitalidade e similares.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DE ENTRADA E DA PERMANÊNCIA NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art. 3º O acesso e a permanência nos Locais Oficiais de Competição durante os Períodos de Competição serão restritos às pessoas autorizadas pela FIFA.

§ 1º A FIFA tornará públicas, até 3 (três) meses antes do início de cada Evento, todas as restrições e condições que definir, nos termos do *caput*, com respeito ao controle de entrada e permanência de pessoas nos Locais Oficiais de Competição.

§ 2º Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre o controle de entrada e permanência de pessoas nos Locais Oficiais de Competição, inclusive aquelas que disponham sobre acesso preferencial e outros benefícios atribuídos a grupos especiais de pessoas.

CAPÍTULO III DAS CONDIÇÕES DE OFERTA E COMERCIALIZAÇÃO DE INGRESSOS

Art. 4º Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre produção, distribuição e comercialização dos Ingressos, bem como as informações que devam neles constar e as medidas de segurança para fins de combate à falsificação.

Art. 5º Nenhuma norma estadual que conceda gratuidade, redução de preço, meia-entrada ou qualquer outra forma de subvenção a consumidores será aplicável sobre os preços dos Ingressos.

Parágrafo único. Inclui-se no disposto no *caput* qualquer norma estadual que disponha sobre a reserva de quantidade absoluta ou percentual de Ingressos para quaisquer categorias de pessoas, seja para distribuição gratuita, venda preferencial ou a preço reduzido.

Art. 6º Nenhum direito relacionado a cadeiras cativas, cabines, camarotes, tribunas ou outras instalações semelhantes que tenham sido objeto de concessão, permissão ou autorização pelo Poder Público, será aplicável aos Eventos.

§ 1º Durante os Períodos de Competição, os Locais Oficiais de Competição, em especial os estádios onde sejam realizados os Eventos, deverão estar totalmente disponíveis, livres e desembaraçados, inclusive quanto ao uso de seus assentos.

§ 2º A FIFA poderá vender Ingressos para os locais mencionados no *caput* sem prévia autorização do Poder Público ou do concessionário, permissionário ou autorizatário, e sem que lhes sejam devidas qualquer remuneração ou indenização.

§ 3º Exceto pelos torcedores que, em decorrência de lei ou de decisão de autoridade competente, sejam impedidos de comparecer a Eventos esportivos, o Poder Público e o concessionário, permissionário ou autorizatário não poderão impedir ou de qualquer forma obstaculizar o acesso aos Locais Oficiais de Competição aos torcedores que detenham os Ingressos a que se refere o § 2º deste artigo, sob pena de responderem por perdas e danos ao detentor do Ingresso e à FIFA, bem como ao Poder Público, se for o caso.

CAPÍTULO IV

DA SEGURANÇA NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art. 7º A segurança nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso, nos aeroportos, hotéis e centros de treinamento localizados no Estado do Paraná e as medidas de prevenção de acidentes ou incidentes de segurança de qualquer tipo, inclusive nos dias de Partida, será realizada, sem custos para a FIFA e para o COL, pelos poderes públicos competentes, não sendo aplicáveis aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham em sentido diverso, inclusive as que exijam a contratação de seguros de quaisquer espécies.

§ 1º O plano de segurança, a ser acordado entre a FIFA e os poderes públicos competentes, poderá contemplar o uso de segurança privada, a ser paga pela FIFA ou pelo COL, nos estádios onde se realizam os Eventos.

§ 2º O *caput* deste artigo aplica-se igualmente a normas estaduais que disponham sobre o dever de manter, nos Locais Oficiais de Competição, ambulância, médicos, equipes e equipamentos de socorro a emergências, cabendo à FIFA e às autoridades competentes decidirem sobre o tema.

CAPÍTULO V

DO CONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E PRODUTOS NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art. 8º Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre a divulgação de marcas, distribuição, venda, publicidade, ou propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, consumo de mercadorias, alimentos e bebidas no interior dos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso, inclusive as que proíbem o consumo de bebidas alcoólicas.

CAPÍTULO VI

DA PUBLICIDADE NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO E DEMAIS ESTABELECIMENTOS

Art. 9º Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre veiculação de propaganda, dever de informar, campanhas de conscientização ou publicidade, de caráter institucional ou não, nos Locais Oficiais de Competição, imediações, inclusive as zonas de restrição e principais vias de acesso a tais locais.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se igualmente às regras referentes à veiculação de publicidade, a todo e qualquer bem público ou a qualquer bem privado que venha a ser cedido, locado ou de qualquer forma utilizado pela FIFA, pela imprensa ou por qualquer pessoa física ou jurídica relacionada às Competições.

§ 2º Permanecem aplicáveis as regras estaduais que vedem a colocação de qualquer forma de publicidade ou propaganda que possa colocar em risco a segurança do trânsito nas vias públicas, estradas e rodovias, ou que promova ou incite qualquer forma de discriminação racial, sexual ou religiosa.

Art. 10. O Poder Público cooperará com a FIFA no combate a qualquer ilícito ou tentativa de violação ao disposto nos arts. 8º ou 9º, bem como aos direitos da propriedade intelectual relacionados aos Eventos, tais como marcas, símbolos, expressões e mascotes que caracterizem a FIFA ou os Eventos.

§ 1º O Poder Público criará, a pedido da FIFA, um comitê estadual, composto por membros dos departamentos e agências relevantes do Estado, que se reunirá a cada seis meses, ou em periodicidade menor, se necessário, para fins de revisar a implementação de aperfeiçoamentos e iniciativas, visando proteger os direitos mencionados no *caput*.

§ 2º As autoridades competentes do Estado ficam autorizadas, no exercício do poder de polícia, a tomar medidas para garantir a proteção dos direitos mencionados no *caput* podendo, inclusive, confiscar materiais relacionados à violação.

Art. 11. O Poder Público, no âmbito de sua competência, cooperará com a FIFA, investigando e combatendo as práticas publicitárias e comerciais que, sem a prévia aprovação da FIFA, visem tirar proveito econômico, mercadológico ou de imagem sobre os Eventos.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Para os fins previstos nesta Lei a FIFA fornecerá à Secretaria de Estado para Assuntos da Copa do Mundo 2014 lista contemplando os Prestadores de Serviços da FIFA, os Parceiros Comerciais da FIFA e as Subsidiárias FIFA no Brasil.

Art. 13. Durante os Períodos de Competição, as entidades públicas ou privadas que administram os estádios onde serão realizadas Partidas deverão, caso a FIFA solicite, alterar temporariamente os nomes de tais estádios, adotando os nomes indicados pela FIFA.

§ 1º Os nomes temporários adotados para os Estádios na forma do *caput* deverão ser utilizados para quaisquer fins relacionados aos Eventos.

§ 2º Durante os Períodos de Competição fica vedado o uso dos nomes temporários adotados para os estádios na forma do *caput* pelas entidades públicas ou privadas a quem pertençam tais estádios ou por aquelas que os administram, pelos clubes a eles associados e por pessoas por eles licenciadas.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também aos nomes originais dos estádios quando usados para fins associados aos Eventos com o objetivo de obter vantagem econômica, comercial ou de imagem.

Art. 14. Antes de cada Partida será executado o hino nacional das duas seleções participantes, que também terão suas bandeiras nacionais hasteadas no respectivo Local Oficial de Competição.

Parágrafo único. Não serão aplicáveis às Competições normas estaduais que disponham sobre formalidades a serem seguidas antes de Eventos desportivos, inclusive aquelas prevendo a obrigatoriedade de execução de outros hinos.

Art. 15. Aplicam-se, no que couber, às Subsidiárias FIFA no Brasil as disposições relativas à FIFA previstas nesta Lei.

Art. 16. O Governador do Estado poderá declarar feriados os dias que ocorrerem os Eventos em seu território.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Sala das Comissões, 08 de abril de 2013.



ALEXANDRE CURY
Presidente



Relator



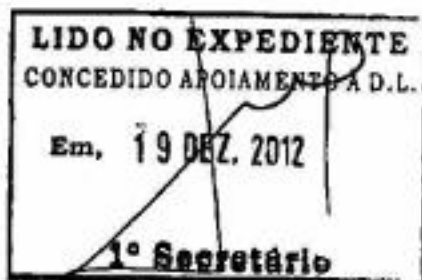


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI Nº 659/12



Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

Art. 1º O comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços de interesse do consumidor poderão ser realizados em farmácias e drogarias, com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

Parágrafo único. Os artigos de conveniência serão expostos em suas embalagens originais e devidamente lacrados, em balcões, estantes ou gôndolas e separados dos medicamentos.

Art. 2º As lojas de conveniência e drugstores poderão funcionar no mesmo estabelecimento das farmácias e drogarias, desde que as atividades nelas desenvolvidas façam parte do objeto social da sociedade e mediante a expedição, pelo órgão responsável pelo licenciamento, de alvarás sanitários específicos, atendido o disposto no parágrafo único do art. 1.

Art. 3º É proibida a comercialização, em farmácias e drogarias, de bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos não industrializados.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator, no que couber, às penalidades previstas nos artigos 56 a 50 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012.

A handwritten signature in black ink, consisting of two large, stylized capital letters 'A' and 'C' followed by a series of loops and a horizontal stroke.

ALEXANDRE CURI

DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa, que o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços de interesse do consumidor poderão ser realizados em farmácias e drogarias, com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

O projeto permite às farmácias e drogarias a comercialização de artigos de conveniência com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento, bem como fica permitida a prestação de serviços de utilidade pública.

Cabe salientar ainda que, considera-se prestação de serviço de utilidade pública, como sendo o recebimento de contas de água, luz, telefone, boletos bancários, bem como a venda de recarga de telefone e bilhetes de transportes públicos.

Os artigos de conveniência em suas embalagens originais e devidamente lacrados, em prateleiras, estantes ou balcões separados dos utilizados para o comércio e armazenagem de medicamentos.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,
sobre o Projeto de Lei n. 659/2012, de
autoria do Deputado Alexandre Curi que
*DISPÕE SOBRE O COMÉRCIO DE ARTIGOS DE
CONVENIÊNCIA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EM FARMÁCIAS E DROGARIAS.*

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

I-RELATÓRIO

O projeto de Lei n. 659/2012, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, objetiva regulamentar a venda de artigos de conveniência e a prestação de serviços, de interesse do consumidor, nas farmácias e drogarias do Estado do Paraná.

Conforme a justificativa apresentada junto ao Projeto de Lei (PL) em análise, a pretensa legislação possibilitará às farmácias e drogarias a comercialização de



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



artigos de conveniência, desde que observadas as regras de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento. Ainda, restará permitida a prestação de serviços, quando presente o interesse público e a utilidade pública.

Ainda, aduz que as prestações de serviço a que se refere seriam, a exemplo, o recebimento de contas de água, luz, telefone, boletos bancários. Bem como a venda de recarga de telefone e bilhetes de transporte público.

Salienta que os artigos de conveniência deverão ser expostos e vendidos em suas embalagens originais, devidamente lacradas, em prateleiras e estantes ou balcões separados dos utilizados para o comércio e armazenagem de medicamentos.

Por fim, a proposição veda a comercialização, em farmácias e drogarias, de bebidas alcoólicas, cigarros e alimentos não industrializados. (cf. Art. 3º)

Em relação a punição do descumprimento da norma, há a previsão de aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Uma vez proposto o Projeto de Lei o mesmo fora encaminhado a esta Comissão conforme disposto no Regimento Interno desta Casa, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



II- DO VOTO

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão¹ é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação da matéria sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

A constitucionalidade material³ é observada quando o conteúdo de um ato jurídico é obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal⁴, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a

³ Em relação a constitucionalidade formal V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

⁴ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.⁵

Da análise do Projeto de Lei em apreço se verifica que versa sobre matéria acerca de consumo e proteção e defesa da saúde, uma vez que visa estabelecer a venda de artigos de conveniências e prestação de Serviços pelas drogarias e farmácias do Estado do Paraná.

Em relação a constitucionalidade material da proposição, não se verifica qualquer óbice a sua regular tramitação perante esta Casa Legislativa, não ferindo qualquer preceito constitucional.

Ao contrário, analisando atentamente a preposição o que se verifica é que essa busca a efetividade do princípio constitucional da Livre Iniciativa, possibilitando a livre circulação de bens e serviços.

O princípio da Livre Iniciativa é considerado como fundamento da ordem econômica e atribui a iniciativa privada o papel primordial na produção ou circulação de bens ou serviços, constituindo a base sobre a qual se constrói a ordem econômica, cabendo ao Estado apenas uma função supletiva, pois a Constituição Federal determina que a ele cabe apenas a exploração

⁵ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



direta da atividade econômica quando necessária a segurança nacional ou relevante interesse econômico (CF, art. 173) ⁶.

Ademais, o presente PL vem dar efetividade as Instruções Normativas da ANVISA nº 09/09 e 09/10, conforme inclusa documentação.

Além disso, a Carta Magna da República em seu artigo 196 aduz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste mesmo sentido, determina a Constituição Estadual:

⁶ Acerca do princípio da livre iniciativa V. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 17ª Edição, São Paulo. Melhoramentos, 2000.p.300



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Importante ressaltar o voto do Ministro Ari Pargendler do Superior Tribunal de Justiça na AgRg na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 1.200 DF (2010/0032653-8):

Sabido que legislações estaduais permitem o comércio de 'artigos de conveniência' em farmácias, listando como tais produtos que não prejudicam a saúde (v.g., filmes fotográficos, isqueiros, água mineral, etc.), [...]

Em relação a constitucionalidade formal, a matéria insere-se na competência concorrente do Estado, consonante o disposto no artigo 24, inciso V e XII da Constituição Federal⁷.

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
[...]*

⁷ No mesmo sentido é o artigo 13 da Constituição do Estado do Paraná ao estabelecer que: 'Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:[...] V - produção e consumo; [...] XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;'



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



V - produção e consumo;

[...]

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Quanto à legitimidade do proponente, se verifica que nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, qualquer membro da Assembleia Legislativa possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.⁸ No mesmo sentido é o artigo 124⁹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Em relação a iniciativa legislativa não há qualquer restrição e/ou reserva, revelando-se legítima a apresentação do projeto por parte de Parlamentar.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas

⁸ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁹ Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

No entanto, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa ao presente projeto de lei, propõe-se a seguinte emenda modificativa, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.

Neste mesmo sentido, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Ante o exposto, me ative exclusivamente à análise da constitucionalidade (material e formal) do Projeto de Lei em apreço, deixando as demais possibilidades e circunstâncias para a análise na Comissão competente.

É O VOTO.



PODER LEGISLATIVO

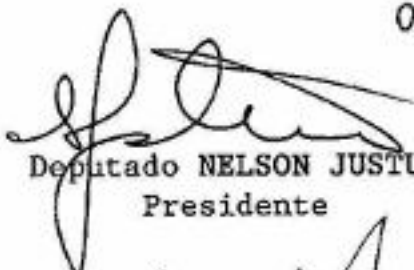
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

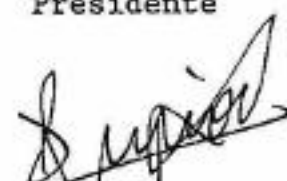


III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 659/2012, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE.

Sala das Comissões, ~~26~~ de fevereiro de 2013.
05 março


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator






APROVADO

unanimidade 03.05.13



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

Autor: DEPUTADO ALEXANDRE CURI.

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

De acordo com o que determinam os artigos 137, §4º e 141, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ficam modificadas as redações da Súmula e do art. 1º do Projeto de Lei 659/12, passando a ser assim redigidas:

Súmula: Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência.

Art. 1º. O comércio de artigos de conveniência poderá ser realizado em farmácias e drogarias, com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

05

março

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO

-N-

03.05.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury.
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

Súmula: Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

Autor: Deputado Alexandre Curi.
Relator: Deputado Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA: projeto permite às farmácias e drogarias a comercialização de artigos de conveniência com a observância das normas de segurança e higiene expedidas pelo órgão responsável pelo licenciamento, bem como fica permitida a prestação de serviços de utilidade pública.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

PRESIDENTE DA COMISSÃO



CAÍTO QUINTANA

RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Defesa do Consumidor



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 659/2012

Súmula: Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

Autor: Deputado Alexandre Curi

Justificativa: permitir às farmácias e drogarias a comercialização de artigos de conveniência

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (Emenda Modificativa) e Comissão de Indústria e Comércio.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, determinada pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

A justificativa apresentada pelo proponente do Projeto de Lei diz que, se faz necessária, ante às exigências das normas de segurança e higiene para a sua viabilidade.

Cumprе ressaltar, então, que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa regulamentar a venda de produtos de conveniência no âmbito das farmácias e drogarias.

Por todo o exposto, exara-se **PARECER FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei.

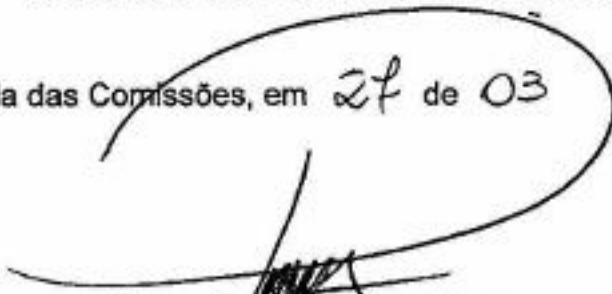


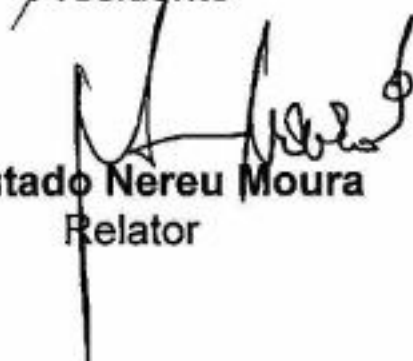
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Defesa do Consumidor



Sala das Comissões, em 27 de 03 de 2013.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Nereu Moura
Relator



DEP. PÉRICLES DE MELO



DEP. ANIBELLI NETO



~~ANTE~~ PROJETO DE LEI 45/2013

Súmula: Altera dispositivos da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 9º e 10, da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O acesso ao primeiro posto do QEOPM dar-se-á mediante aprovação em Curso de Habilitação específico, com duração de no mínimo 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas/aula.

Art. 10 O ingresso no Curso de Habilitação previsto no artigo anterior dar-se-á mediante concurso seletivo interno.

§º 1º O curso de Habilitação específico obedecerá aos seguintes preceitos para a distribuição de vagas:

I – Metade das vagas será preenchida por: Subtenente ou Primeiro Sargento, que tenham concluído ao mínimo o ensino médio e com o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS);

II – Outra metade das vagas será preenchida por: Primeiro Sargento (sem o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), Segundo Sargento, Terceiro Sargento,



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador


Cabo e Soldado, todos estes graduados em curso de nível superior.

§ 2º O candidato à Primeiro Sargento deverá especificar em sua inscrição a opção a que concorrerá ao concurso interno.

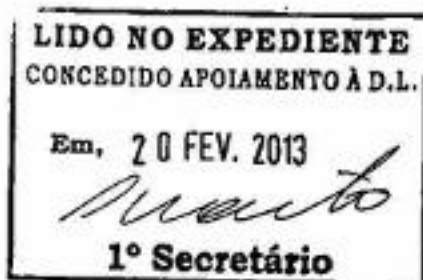
§ 3º É vedada às Praças especialistas, da Qualificação Policial Militar Particular 4 – Músico, a matrícula no Curso de Habilitação."

Art. 2º Esta lei entra entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 18 de fevereiro de 2013,



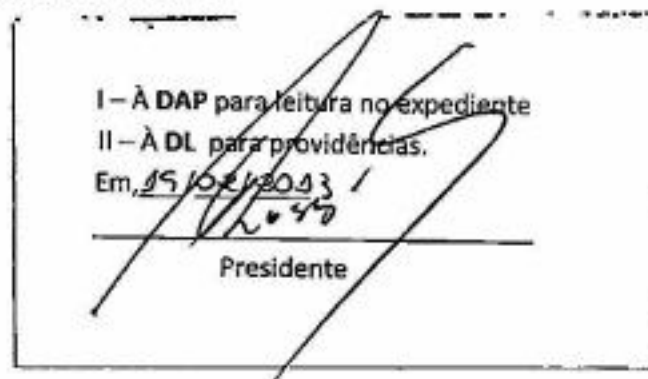
CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM

Nº 010/2013

Curitiba, 18 de fevereiro de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos artigos 9º e 10 da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006, que instituiu o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar – QEOPM.

A Polícia Militar do Paraná se encontra estruturada em seu quadro de pessoal da ativa dividido em dois quadros específicos para Oficiais, sendo estes os combatentes e não combatentes, os quais ainda se subdividem, conforme a Lei nº 16.575/2010:

“Art. 54. O pessoal da Polícia Militar compõe-se de:

I – Pessoal da Ativa:

a) Oficiais Combatentes, constituindo-se os seguintes quadros:

- 1 – Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM);***
- 2 – Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares (QOBM);***

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.11.175.677-5



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

b) *Oficiais não Combatentes, constituindo-se os seguintes quadros:*

1. Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) compreendendo: Oficiais Médicos; Oficiais Dentistas; Oficiais Veterinários; e Oficiais Bioquímicos.

2. Quadro de Oficiais Músicos (QOM);

3. Quadro de Oficiais de Administração (QOA);

4. Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM);

5. Quadro de Capitães Policiais-Militares (QCPM);

(...)" (grifo nosso)

O Quadro de Oficiais não Combatentes possui em sua previsão o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM) que, conforme definição da própria Lei nº 15.349/2006, é o auxiliar do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM) no desempenho das missões atribuídas à Polícia Militar, podendo seus integrantes serem empregados nas diversas funções previstas nos Quadros de Organização da PMPR, respeitadas as limitações de sua natureza legal e constitucional, sendo estes oriundos das praças da Corporação.

Ocorre que, com a edição da referida Lei 15.349/2006 e sua consequente aplicação, foram verificadas algumas distorções no que tange ao aspecto de respeito a antiguidade das praças dentro da Corporação e outra com respeito a metodologia da duração do Curso de Habilitação específico, que prevê atualmente dois anos.

Quanto ao Curso de Habilitação específico fora determinado que o ingresso dar-se-á mediante concurso seletivo interno, ao qual poderão concorrer todos os Subtenentes, Primeiros Sargentos, Segundos Sargentos, Cabos e Soldados graduados em curso de nível superior, o que trouxe uma injustiça com os graduados mais antigos, relegando aos mesmos a concorrer com praças que possuem ao mínimo 5 anos de serviço e que não tem sequer metade da trajetória dos mesmos dentro da Corporação, não sendo privilegiado e respeitada em momento algum a história e a contribuição dos mesmos dentro da PMPR.

Com esta medida, criou-se ainda um descrédito na ascensão a carreira das praças, banalizando-se os cursos para as demais graduações, perdendo-se o interesse para com a realização de Cursos de Formação de Cabos e



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Sargentos, pois o acesso ao Curso de Habilitação específico para o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar se torna uma via mais fácil de acesso ao Oficialato, deixando para segundo plano a busca no conhecimento e melhoria dentro da carreira policial militar.

Quanto a metodologia da duração do Curso de Habilitação específico, que prevê atualmente dois anos, entendemos que o mesmo deve se amoldar às ordens e orientações do Ministério da Educação e Cultura, que orienta que todos os cursos devem ser mensurados pela sua carga horária e não pelo seu período de duração, e ainda com esta rigidez de duração por período e não por horas/aula, prejudica futura modernização na grade curricular que poderá sofrer o Curso de Habilitação específico, tendo em vista a dinamização e globalização que ocorre socialmente no Brasil e no mundo.

O anteprojeto de lei ora proposto objetiva resgatar o respeito e privilégio às praças mais antigas, destinando-se aos mesmos metade das vagas a serem dispostas no processo de seleção ao Curso de Habilitação específico, deixando para a outra metade as demais praças da Corporação que possuam formação em curso superior, critério mínimo de acesso ao Quadro de Oficiais da Polícia Militar.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas considerações.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

GOVERNADOR DO ESTADO

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 15349 - 22 de Dezembro de 2006

Publicado no Diário Oficial nº. 7375 de 22 de Dezembro de 2006

(vide ADIN 4221-1)

Súmula: Extingue, na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração (QOA), cria o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM) e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica extinto na Polícia Militar do Paraná o Quadro de Oficiais de Administração (QOA), criado pela Lei nº 4.855, de 30 de março de 1964.

Art. 2º. Fica criado, na mesma Corporação, o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM), constituído, inicialmente, pelos integrantes do extinto Quadro de Oficiais de Administração que optarem pela transferência.

§ 1º. Aos Oficiais integrados ao QEOPM ficam assegurados os direitos e prerrogativas dos postos que ocupam.

§ 2º. Os mesmos direitos e prerrogativas são assegurados aos Oficiais integrantes da corporação que apresentarem o certificado de conclusão do Curso de Oficiais de Administração até a data de 30 de dezembro de 2007.

Art. 3º. O Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar será assim constituído:

I - 01 Coronel;

II - 02 Tenentes-Coronéis;

III - 04 Majores;

IV - 13 Capitães;

V - 25 Primeiros-Tenentes; e

VI - 75 Segundos-Tenentes.

Art. 4º. Os Oficiais do extinto QOA que optarem pelo ingresso no QEOPM serão transferidos no mesmo posto ocupado na data da transferência.

§ 1º. O direito de opção deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, mediante requerimento dirigido ao Comandante-Geral da Polícia Militar.

§ 2º. O Oficial que optar em continuar no extinto QOA permanecerá no mesmo posto ocupado, sem direito à promoção, e será classificado segundo suas aptidões e de acordo com a conveniência do serviço.

§ 3º. O Quadro de Oficiais de Administração (QOA) permanecerá em processo de extinção até



que o último de seus integrantes exerça o direito de opção previsto neste artigo ou seja transferido para a inatividade, nos termos da Lei.

Art. 5º. O QEOPM é auxiliar do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM) no desempenho das missões atribuídas à Polícia Militar, podendo seus integrantes serem empregados nas diversas funções previstas nos Quadros de Organização da Polícia Militar, respeitadas as limitações de natureza legal e constitucional.

Art. 6º. Os Oficiais do QEOPM tem os mesmos deveres, direitos, prerrogativas e vencimentos dos demais Oficiais da Corporação.

Art. 7º. As promoções no QEOPM serão regidas pelos princípios e dispositivos da Lei de Promoções de Oficiais vigente na Polícia Militar.

Art. 8º. A promoção ao posto de Major QEOPM fica condicionada à conclusão e aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) regular, ao qual somente poderão concorrer os Capitães QEOPM graduados em curso de nível superior.

Art. 9º. O acesso ao primeiro posto do QEOPM dar-se-á mediante aprovação em Curso de Habilitação específico, com duração de 2 (dois) anos.

Art. 10. O ingresso no Curso de Habilitação previsto no artigo anterior dar-se-á mediante concurso seletivo interno, ao qual poderão concorrer todos os Subtenentes, Primeiros Sargentos, Segundos Sargentos, Terceiros Sargentos, Cabos e Soldados graduados em curso de nível superior.

§ 1º. Em caráter de disposição transitória, pelo prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) anos, a contar da vigência da lei em que se deu esta alteração, os Subtenentes e Primeiros Sargentos que tenham concluído o ensino médio e realizado o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) poderão participar do concurso seletivo interno para o Curso de Habilitação descrito no artigo anterior.

§ 2º. É vedada às Praças especialistas, da Qualificação Policial Militar Particular 4 - Músico, a matrícula no Curso de Habilitação.

Art. 11. São requisitos básicos para se candidatar ao Curso de Habilitação:

I - ter, no mínimo, cinco anos de serviço prestados à Corporação como Praça;

II - estar classificado, no mínimo, no comportamento BOM e não ter sofrido punição de natureza grave nos últimos cinco anos, até a data prevista para o início do curso;

III - possuir conduta social, familiar, moral e profissional que não colida com as atribuições e deveres impostos aos Oficiais da Polícia Militar;

IV - ter conceito profissional favorável de seu Comandante, Chefe ou Diretor, homologado pelo Comandante-Geral da Corporação;

V - não estar submetido à Conselho de Disciplina;

VI - não estar agregado ou licenciado para tratar de interesses particulares;

VII - não estar respondendo à processo criminal comum ou militar, por crimes dolosos em geral que atentem contra os valores éticos e morais da Corporação, cumprindo pena criminal ou ter contra si qualquer tipo de prisão provisória decretada até o início do curso.

Art. 12. A seleção para o Curso de Habilitação será composta por exame intelectual, exame de saúde - compreendendo exames clínicos, laboratoriais e psicopatológico, e teste de aptidão física.

Parágrafo único. Compete ao Comandante-Geral baixar as instruções para a seleção, ingresso, funcionamento e condições de aprovação do Curso, bem como a fixação do limite de matrículas,



de acordo com o número de vagas existentes.

Art. 13. O Curso de Habilitação poderá funcionar anualmente, sendo que o concurso de admissão será válido somente para o respectivo curso a que se referir a inscrição.

Art. 14. Os aprovados no Curso de Habilitação o realizarão na condição de aluno e serão promovidos ao posto de Segundo-Tenente QEOPM, permanecendo adidos ao respectivo Quadro em caso de inexistência de vagas.

Parágrafo único. Fica vedado o direito de transferência para a reserva remunerada, a pedido, num período de dois anos, contados da data da promoção ao posto de Segundo-Tenente QEOPM.

Art. 15. O efetivo da Polícia Militar do Paraná fixado na lei nº 14.960 de 21 de dezembro de 2005, fica aumentado em 07 vagas.

Art. 16. As vagas constantes do artigo anterior serão distribuídas pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar do Paraná, na forma dos Anexos 1-Oficiais e 2-Praças desta Lei.

Art. 17. O inciso I, do art. 46, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoções de Oficiais), passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Curso:

a) Aperfeiçoamento de Oficiais, para promoção ao posto de major combatente ou do Quadro Especial; e

b) Superior de Polícia, para promoção ao posto de coronel combatente ou do Quadro Especial;"

Art. 18. Caberá ao Chefe do Poder Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, editar decreto regulamentando o novo Quadro de Organização da Polícia Militar, a ser proposto pelo Comandante-Geral da Corporação.

Art. 19. Em caráter de disposição transitória, a promoção dos Oficiais oriundos do extinto Quadro de Oficiais de Administração ao posto de Major QEOPM, fica condicionada à conclusão e aprovação em Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especial para o Quadro Especial (CAOEQE), cuja grade curricular, carga horária e demais condições de funcionamento serão baixadas pelo Comandante-Geral no prazo de trinta dias, a contar da publicação desta Lei.

§ 1º. O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especial para o Quadro Especial será realizado uma única vez, a iniciar-se no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei, e poderá ser freqüentado somente por Capitães e Primeiros-Tenentes do extinto QOA, graduados em curso de nível superior, sendo que os Primeiros-Tenentes deverão possuir um mínimo de 2 (dois) anos de promoção neste posto.

§ 2º. Os Oficiais oriundos do extinto Quadro de Oficiais de Administração (QOA), independentemente do direito de opção estabelecido no art. 4º, serão classificados segundo suas aptidões e de acordo com a conveniência do serviço, sendo-lhes aplicável o disposto no caput do art. 5º somente após a realização do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Especial para o Quadro Especial (CAOEQE) ou Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO).

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 22 de dezembro de 2006.

Roberto Requião
Governador do Estado

Luiz Fernando Ferreira Delazari
Secretário de Estado da Segurança Pública



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 045/2013.

Projeto de Lei nº 045/2013.

Autor: Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 010/2013.

Súmula: Altera dispositivos da Lei Estadual nº 15.349, de 22 de dezembro de 2006.

EMENTA: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 9º E 10 DA LEI ESTADUAL Nº 15.349/2006 QUE INSTITUI O QUADRO ESPECIAL DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa alterar os artigos 9º e 10 da Lei Estadual nº 15.349 de 22 de dezembro de 2006 que Institui o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar.

Tais alterações visam resgatar o respeito e o privilégio das praças mais antigas, destinando-se, aos mesmos, metade das vagas a serem dispostas no processo de seleção ao Curso de Habilitação específico, deixando para a outra metade as demais praças da

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

Em 26 / 02 / 2013

[Assinatura]
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corporação que possuam formação em curso superior, critério mínimo de acesso ao Quadro de Oficiais da Polícia Militar.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

No que tange aos funcionários do Poder Executivo, especialmente da Polícia Militar, a competência para versar sobre a administração dos mesmos, está elencada na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 66, que determina que é **competência exclusiva do Governador do Estado do Paraná**, conforme segue:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; (grito nosso)

(...)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; (Grifo Nosso).

Seguindo, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

(...)

Ademais a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, de forma análoga, assim determina no art. 61, § 1º, II, c:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Corroborando com esse entendimento, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL já decidiu da seguinte forma:

ADI 882 / MT - MATO GROSSO
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA
Julgamento: 19/02/2004 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

EMENTA: LEI COMPLEMENTAR 20/1992. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL ESTADUAL. AUTONOMIA FUNCIONAL E FINANCEIRA. ORÇAMENTO ANUAL. OFENSA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE NO CONTROLE ABSTRATO. PRERROGATIVA DE FORO. EXTENSÃO AOS DELEGADOS. INADMISSIBILIDADE. DIREITO PROCESSUAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. AFRONTA AO MODELO FEDERAL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

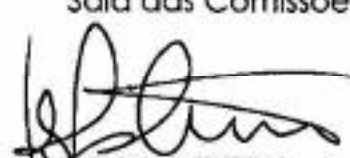
Deste modo, o Projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida, uma vez que compete exclusivamente ao Poder Executivo através do Governador do Estado, legislar sobre a matéria em questão.


Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.



CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 26 de Fevereiro de 2013.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


NEREU MOURA
RELATOR



APROVADO

unanimidade 05.03.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA


PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 45/13

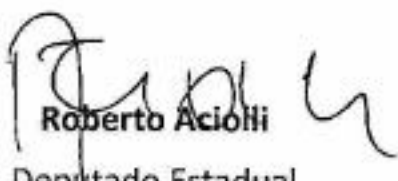
Em exame o Projeto de Lei nº 45/13, Mensagem nº 010/13, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei Estadual nº 15.349/2006, que extingue na Polícia Militar do Paraná o quadro de Oficiais de Administração e cria o quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar.

Procedida minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, informa-se que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das comissões, em 13/03/2013


Mauro Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP


Roberto Acioli
Deputado Estadual
Relator





PROJETO DE LEI Nº 81/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 18 MAR. 2013

1º Secretário

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Cláudia-Pinhais com sede e foro no Município de Pinhais no Estado do Paraná

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Cláudia –Pinhais com sede em Pinhais no estado do Paraná

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de março de 2013.

Tadeu Veneri
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Claudia Pinhais, vem a 23 anos promovendo e contribuindo para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores da Associação, representar os moradores da Assoem suas reivindicações junto aos poderes constituídos, promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e bem estar da comunidade, receber e administrar recurso de qualquer natureza, colaborar com poderes públicos, conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando -lhe conhecimento dos problemas no bairro ,pleiteando as respectivas soluções, desenvolver trabalho com criança,adolescentes e idoso proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida,desenvolver cursos de alfabetização, teatro, musica e dança e curso de capacitação aos jovens, desenvolver atividades esportivas

Sala das Sessões, 13 de março de 2013



Tadeu Veneri
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 81/2013

Projeto de Lei nº. 81/2013
Autora: Deputado Tadeu Veneri

Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO JARDIM CLAUDIA, com sede e foro no Município de Pinhais.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO JARDIM CLAUDIA**, com sede e foro no Município de Pinhais, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou do pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 26 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

26.03.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 81/2013

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 81/2013, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Claudia-Pinhais, com sede e foro no **Município de Pinhais, Estado do Paraná**.

Sala das Comissões, em 26 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR